



CADERNO DE ENCARGOS

**CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO PARA EXPLORAÇÃO DE UM QUIOSQUE
MUNICIPAL DESTINADO A ESTABELECIMENTO DE BEBIDAS COM ÁREA DE
ESPLANADA, NO PARQUE DO RIO, EM RIO MAIOR**



Artigo 1.º - Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, que tem por objeto a atribuição da “Concessão de uso privativo para a exploração de um quiosque municipal destinado a estabelecimento de bebidas, com área de esplanada, sito no PARQUE DO RIO, em Rio Maior”, melhor especificados nas cláusulas técnicas deste caderno de encargos (ANEXO I).

Artigo 2.º - Preço base

O preço base mensal mínimo do presente procedimento é de € 400,00 (quatrocentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Artigo 3.º - Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - b) O presente caderno de encargos;
 - c) A proposta adjudicada;
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 da presente cláusula e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º, todos do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), na sua atual redação.

Artigo 4.º - Relação Contratual

A relação contratual decorrente do ato de adjudicação e do contrato é constituída pelas seguintes entidades:

- a) O contraente público ou entidade concedente: Município de Rio Maior;
- b) O concessionário: Entidade a quem é adjudicada a concessão do quiosque.



Artigo 5.º - Vigência do contrato

1. O arrendamento é atribuído por 2 (dois) anos, contados a partir da assinatura do contrato, obrigando-se todos os concorrentes a apresentar proposta considerando este prazo.
2. Após o prazo inicial o contrato considera-se automaticamente renovado por sucessivos períodos de 1 (um) ano, até ao máximo de quatro, nele se incluindo o período inicial, se não houver lugar à oposição da renovação por qualquer das partes.
3. Caso haja oposição à renovação, deve a mesma ser comunicada à outra parte através de carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 60 dias seguidos, correndo aos sábados, domingos e feriados.
4. O início da exploração do bar deve ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias seguidos, contados a partir da data de celebração do contrato de arrendamento

Artigo 6.º - Obrigações principais

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos e proposta, da celebração do contrato decorrem para o concessionário as seguintes obrigações principais:
 - a) Pagar o preço devido pela concessão, nos termos do artigo 11.º do presente caderno de encargos;
 - b) Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e prejuízos causados à entidade concedente e a terceiros, que resultem das suas atividades exercidas no âmbito do contrato;
 - c) Manter inalteradas as condições do objeto do contrato, salvo nos casos previstos no presente caderno de encargos;
 - d) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes com relevância para a aquisição, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
 - e) Prestar toda a informação a que esteja obrigado no âmbito do presente caderno de encargos, bem como toda a informação adicional respeitante ao quiosque em causa que lhe for solicitada pelo contraente público, através do gestor do contrato, de acordo com o disposto no artigo 290º-A do CCP.
 - f) Proceder e assegurar os trabalhos necessários para manutenção das instalações, do equipamento, do mobiliário e infraestruturas, devendo para o efeito executar os trabalhos, reparações e ou limpezas necessárias ao referido fim;



- g) Manter inalterados os pavimentos da esplanada e do quiosque, bem como os revestimentos das suas paredes e tetos;
- h) Cumprir o horário de funcionamento, conforme fixado na cláusula 4ª do Anexo I do caderno de encargos;
- i) Garantir o funcionamento diário e a manutenção e limpeza das instalações sanitárias do quiosque, incluindo o fornecimento de todos os utensílios e produtos necessários ao seu bom funcionamento;
- j) Permitir o livre acesso às Instalações sanitárias do quiosque a todos os utentes, não podendo em caso algum impor qualquer tipo de restrições, nomeadamente condicionando-os ao consumo de quaisquer produtos;
- k) Assegurar a limpeza, conservação/reparação e segurança do quiosque, da esplanada, dos respetivos equipamentos, do mobiliário e infraestruturas;
- m) Zelar pelo bom funcionamento do estabelecimento e assegurar a qualidade do serviço prestado, bem como o cumprimento das regras de higiene e segurança dos géneros alimentícios;
- n) Proceder à limpeza da área concessionada, bem como à recolha dos resíduos decorrentes da atividade do estabelecimento em toda a área adjacente, devendo tal limpeza ser contínua durante o período de funcionamento do estabelecimento e estar diariamente assegurada à hora de abertura;
- o) Assegurar que quaisquer cargas e descargas destinadas ao quiosque se efetuarão a partir da via adjacente não podendo, em circunstância alguma, as viaturas entrarem no Parque do Rio;
- p) Dotar o quiosque de equipamentos que permitam assegurar a separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras, nomeadamente a recolha seletiva de vidro, embalagens e papel;
- q) Avisar de imediato a entidade concedente sempre que algum perigo ameace o equipamento objeto da presente exploração, ou que terceiros se arroguem direitos sobre o mesmo;
- r) Comunicar de imediato à entidade concedente qualquer anomalia detetada no Parque ou nos seus equipamentos, incluindo as que lhe sejam transmitidas pelos utentes do espaço;
- s) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que a exploração do quiosque é efetuada e ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias.



2. O quiosque funcionará como estabelecimento de bebidas e o serviço prestado consistirá essencialmente no fornecimento de bebidas e produtos de cafetaria, nos termos da legislação em vigor.
3. O mobiliário, os equipamentos, os acessórios e os elementos decorativos devem ter padrões de qualidade e comodidade e respeitar as disposições legais e regulamentares que condicionam o exercício da atividade.
4. O funcionamento da esplanada é indissociável do funcionamento do respetivo quiosque, não podendo em caso algum funcionar independentemente deste.
5. A falta de cumprimento do disposto nos números anteriores torna o concessionário responsável por todas as consequências que daí advenham.

Artigo 7.º - Local da Concessão

O quiosque localiza-se no Parque do Rio, sito na freguesia de Rio Maior, na cidade de Rio Maior.

Áreas contempladas:

- b) área coberta: 17,64 m²
- c) área de esplanada: 30 m²
- d) área de concessão: 47,64m²

Artigo 8.º - Inspeção do locado

- 1 – A Câmara Municipal de Rio Maior reserva-se no direito de efetuar inspeções ao locado e ao estado de conservação das instalações.
- 2 – Das inspeções efetuadas será dado conhecimento por escrito ao arrendatário das deficiências detetadas, devendo este promover a sua correção em prazo que lhe for fixado para o efeito.

Artigo 9.º - Seguros

- 1 - As obrigações e responsabilidades legais e contratuais do arrendatário devem ficar abrangidas por apólice de responsabilidade civil, que cubra a totalidade do prazo do contrato e tenha por objeto todos os riscos respeitantes à atividade exercida no locado.



2 – O arrendatário manterá válida e atualizada a apólice de seguro, devendo exibi-la sempre que a Câmara Municipal o exija.

Artigo 10.º - Segurança, higiene e saúde no trabalho

1 - O arrendatário fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentos em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho, relativamente aos seus trabalhadores, sendo da sua conta os encargos que daí resultarem.

2 – O arrendatário é responsável por todas as obrigações relativas aos seus trabalhadores, pela disciplina e aptidão profissional dos mesmos, bem como pela reparação de prejuízos por eles causados nas instalações, equipamentos e a terceiros.

3 – Os trabalhadores deverão estar devidamente identificados e observar as regras de higiene individual no decorrer de todas as operações inerentes à sua atividade.

4 – O arrendatário deverá respeitar o integral cumprimento das leis que regulam a venda de bebidas alcoólicas.

Artigo 11.º - Pagamento do preço da concessão

1. O concessionário pagará o preço mensal devido pela concessão até ao **oitavo dia** do mês a que respeita.

2. A falta de pagamento no prazo designado no n.º 1 da presente cláusula, faz incorrer o concessionário em mora, que só cessará com o pagamento do preço mensal em dívida acrescido de juros de mora à taxa legal.

3. Em caso de falta de pagamento, a entidade concedente reserva-se o direito de acionar a caução prestada, sem prejuízo de se manter a obrigação de indemnização.

4. O preço mensal devido pela concessão será atualizado, anualmente, de acordo com a taxa de inflação indicada pelo INE.

Artigo 12.º - Conformidade, operacionalidade e garantia

1. O concessionário garante a conformidade e a boa execução da prestação dos serviços objeto do presente caderno de encargos.



2. O concessionário fica sujeito, com as devidas adaptações, em execução do contrato, às exigências legais, obrigações e prazos respetivos, aplicáveis aos contratos de concessão, nos termos do CCP e demais legislação aplicável.

Artigo 13.º - Patentes, Licenças e Marcas registadas

1. São da responsabilidade do concessionário quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas, patentes ou licenças registadas.
2. Caso o contraente público venha a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o concessionário deve indemnizá-lo de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
3. O concessionário está sujeito a todas as disposições legais e regulamentares aplicáveis à atividade a desenvolver no quiosque e objeto da presente concessão;
4. É da responsabilidade do concessionário a obtenção das licenças necessárias ao exercício da atividade, bem como de todos os documentos para a sua emissão.

Artigo 14.º - Dever de sigilo

1. O concessionário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 3 (três) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.

Artigo 15.º - Atualizações jurídico-comerciais

1. O concessionário deve comunicar ao contraente público qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente:

- a) Os poderes de representação dos seus mandatários no contrato;
- b) A sua denominação e sede social;
- c) A sua situação jurídica;
- d) A sua situação comercial.

2. O concessionário obriga-se durante a vigência do contrato a manter regularizadas as obrigações fiscais para com o Estado Português e as obrigações contributivas no âmbito do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social, ou do Estado de que seja nacional ou onde se encontre estabelecido.

Artigo 16.º - Responsabilidade do concessionário

1. O concessionário é responsável, a título criminal e civil, objetiva ou subjetivamente, ou outra, por todos os prejuízos e danos, patrimoniais e não patrimoniais, causados ao contraente público ou a terceiros que, por qualquer motivo, resultem da sua atividade, atuação dos seus trabalhadores ou deficiente execução dos serviços objeto do contrato.

2. O concessionário é responsável pela contratualização dos seguros legalmente exigíveis, incluindo os referentes à responsabilidade civil e à cobertura global para o quiosque e equipamentos referidos na cláusula 2ª do Anexo I – Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos - incluindo danos por água, atos de vandalismo, roubo, incêndio e fenómenos da natureza.

Artigo 17.º - Gestor do Contrato

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP, o contraente público designará um Gestor do Contrato, com a função de acompanhamento permanente da execução do contrato.

Artigo 18.º - Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento das obrigações contratuais que a seguir se discriminam, a entidade concedente pode exigir ao concessionário, o pagamento das seguintes sanções pecuniárias:



- a) Fazer obras sem autorização expressa e prévia da entidade concedente: 300€ por cada infração;
- b) Não proceder à limpeza e manutenção do estabelecimento, ou da área concessionada, ou da esplanada e/ou seus equipamentos: 100 € por cada infração;
- c) Não cumprir o horário de funcionamento e/ou encerramento do estabelecimento: 100 € por cada infração, sem prejuízo da aplicação das regras gerais do município;
- e) Por cada dia de atraso, por motivo imputável ao concessionário, no início da exploração do quiosque: 100 €;
- f) Estacionamento de viaturas afetas ao quiosque no interior do Parque do Rio: 250 €, por cada infração;

2. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula só serão aplicadas após audiência do concessionário e não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Artigo 19.º - Força maior

1. Não podem ser impostas sanções, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual de prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou grupo de sociedades em que se integre, bem como as sociedades ou grupo de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou outra forma, resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaíam;



- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo concessionário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do concessionário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo, comprovadamente, correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Artigo 20.º - Cessão da posição contratual por incumprimento do concessionário

1. Em caso de incumprimento, pelo concessionário, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, aquele deverá, caso a entidade concedente assim o entenda, ceder a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela entidade concedente, pela ordem sequencial daquele procedimento.
2. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, a entidade concedente interpelará, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos trabalhos.
3. A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.
4. A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato da entidade concedente, sendo eficaz a partir da data por este indicada.
5. Os direitos e obrigações do concessionário, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.
6. As obrigações assumidas pelo concessionário, depois da notificação referida no n.º 4, apenas vinculam a entidade cessionária quando este assim o declare, após a cessão.



7. A caução e as garantias prestadas pelo concessionário inicial são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pela entidade concedente aos respetivos depositários ou emitentes.

8. A posição contratual do concessionário nos subcontratos por si celebrados transmite-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.

Artigo 21.º - Revogação da concessão

A revogação da concessão pode ser determinada pela entidade concedente, antes do decurso do prazo respetivo, por motivos de interesse público, caso em que será devida ao concessionário, como única indemnização, a quantia resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{No período inicial da concessão I} = \frac{\text{NC}}{(\text{n.º de meses da concessão})}$$

$$\text{Em período de prorrogação I} = \frac{\text{NC1}}{(\text{n.º de meses da prorrogação})}$$

I – Indemnização

N - Número de meses inteiros de calendário que, à data do despacho de determinação da revogação da concessão, faltarem para o fim do prazo do período de vigência.

C - Custo das obras efetuadas, expressa e previamente autorizadas pela entidade concedente, devidamente comprovadas documentalmente nos termos do artigo 3.º do Anexo I – Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos.

C1 – Custos das obras efetuadas em período de prorrogação, expressa e previamente autorizadas pela entidade concedente, devidamente comprovado documentalmente nos termos da cláusula 3ª do Anexo I – Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos.

Artigo 22.º - Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o concessionário violar grave ou reiteradamente qualquer das obrigações que lhe incumbem, sejam obrigações contratuais, obrigações emergentes da lei, ou de atos administrativos de conformação da relação contratual, designadamente, no caso de incumprimento das características técnicas dos bens objeto do procedimento.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao concessionário via postal, por meio de carta registada com aviso de receção, ou por via de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados com comprovativo de entrega.
3. A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba ao contraente público, nos termos gerais de direito.

Artigo 23.º - Propriedade

Finda a concessão qualquer que seja o motivo, o concessionário deverá imediatamente cessar a exploração do estabelecimento e deverá, no prazo de 10 dias seguidos, proceder à retirada dos bens móveis que lhe pertençam, deixando todo o espaço livre e desocupado, que devolverá ao Município de Rio Maior, com todos os equipamentos que o compõem (designadamente os referidos na cláusula 2ª do Anexo I – Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos - e o espaço em que se insere, em bom estado de conservação), apenas se admitindo o desgaste decorrente de um uso normal dos mesmos, sob pena de remoção coerciva, a expensas do ocupante.

Artigo 24.º - Cessão da posição contratual e subcontratação

1. A possibilidade de cessão da posição contratual e subcontratação segue o regime previsto nos artigos 316.º e seguintes do CCP, depende sempre de autorização expressa do contraente público, permanecendo o concessionário, no caso da subcontratação, integralmente responsável perante o contraente público pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais.
2. Para efeitos da autorização referida no ponto anterior, deve ser apresentada pelo cessionário toda a documentação necessária à instrução do respetivo pedido.
3. O concessionário não pode proceder a qualquer mudança do ramo de exploração do estabelecimento.

Artigo 25.º - Comunicações e notificações

1. As notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos dos artigos 467.º e 468.º do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede de cada uma, identificados no contrato e uma das seguintes vias:

- a) Por correio eletrónico;
- b) Por carta registada com aviso de receção.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, por escrito, só sendo válida para os efeitos consagrados no contrato a partir do 5º dia útil seguinte ao da sua receção.

3. As partes devem identificar no contrato as informações de contacto dos respetivos representantes, designadamente o endereço eletrónico e o endereço postal.

Artigo 26.º - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato contam-se de acordo com as seguintes regras:

- a) A contagem dos prazos inicia-se no dia seguinte à ocorrência do evento a partir do qual deve ser contado.
- b) Os prazos são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e dias feriados.
- c) Quando o último dia de um prazo for um sábado, domingo, feriado ou dia em que os serviços do contraente público, por qualquer causa, se encontrem encerrados, passa para o primeiro dia útil subsequente.

Artigo 27.º - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 28.º - Legislação aplicável

Em tudo o que não se encontre especialmente regulado no presente caderno de encargos, aplicar-se-á o regime previsto no CCP e demais legislação complementar.

ANEXO I

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Artigo 1.º - Funcionamento do Quiosque

O quiosque funcionará como estabelecimento de bebidas e o serviço prestado consistirá essencialmente no fornecimento de bebidas e produtos de cafetaria, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 2.º - Características do equipamento e da esplanada

1. O quiosque tem a área coberta de 17,64 m² e a esplanada tem a área de 30 m².
4. O quiosque é fornecido pela entidade concedente e possui os seguintes equipamentos:
 - a) Balcão interior;
 - b) 1 termoacumulador, marca EQUATION Q2 de 50L;
 - c) 2 Inseto caçadores da marca FIAMMA, modelo CI 16,3;
 - d) 2 estantes em aço inox, com prumos em tubo de aço inox AISI 304 com 2000mm altura, com 4 prateleiras, com pés niveladores e com dimensões 1100x400x2000mm, da marca AVEIROTEL, modelo AVT 110/4;
 - e) 1 bancada de encosto refrigerada em aço inox 18/8, com câmara de frio com 3 portas de vidro, com capacidade para 286 litros, com refrigeração ventilada, com termostato regulador de temperatura de 0°C a +2°C, com isolamento poliuretano, com grupo compressor hermético incorporado, com prateleiras interiores amovíveis, com pés niveladores e com dimensões de 1982x600x850mm. Potência de 673W, da marca PUREVER, modelo MR 603;
 - f) 1 tampo em aço inox para bancada refrigerada com dimensões de 2000x600x40mm;
 - g) 1 bancada em aço inox, com tulha para borras de café, com bloco de gavetas na vertical, com cuba de 400x400x250mm, com torneira de chuveiro marca MAGNUS, modelo MB1DXS, com sifão de gorduras, com prateleira inferior com local para máquina de lavar copos e chávenas e máquina de gelo, com laterais tapados, com portas de abrir, com pés niveladores e com dimensões de 2300x600x850mm;
 - h) 1 máquina de lavar louça de carregamento frontal com capacidade de 30 cestos/hora, carroçaria, braços e injetores em aço inoxidável, porta parede dupla, abastecimento de águas automático, enxaguamento com água quente através do sistema “thermostop”, doseador

abrilhantador incorporado, termostato regulável para cuba e caldeira, dispositivo de segurança na porta, comandos eletromecânicos, painel de comandos extraível, grupo integrado de aspiração/descarga do circuito de lavagem, válvula antirretorno de água e com dimensões de 428x470x595mm. Dotada de 2 cestos para copos, 1 copo quadrado para talheres e 1 porta-pires, da marca MAGNUS, modelo AF 35.21 MN;

i) 1 máquina produtora de cubos de gelo, de construção em aço inox AISI 304, com produção de 20kg/24h, com depósito de 5 kg, com refrigeração a ar, com funcionamento a gás R1344A, com dispositivo eletrónico que comanda todas as funções operacionais e com dimensões de 365x495x595mm, potência de 0,25 kW/h e tensão de alimentação de 230 V, marca MAGNUS, modelo MP 21/5.

5. A esplanada tem a área de 30 m² e pode conter, no máximo, os seguintes equipamentos:

- a) 56 cadeiras modelo “Gonçalo”;
- b) 12 mesas 60x60
- c) 6 Chapéus de esplanada com 250x300cm
- d) 3 Bases de chapéus de esplanada.

6. A esplanada deve ser instalada de acordo com a implantação definida na planta constante do ANEXO II ao caderno de encargos, não podendo funcionar dissociada do respetivo quiosque.

9. Para além dos já referidos, não poderá ser colocado qualquer outro elemento de mobiliário urbano ou equipamento na área adjacente do quiosque ou da esplanada, nomeadamente expositores de menu, assentes no pavimento ou pendurados/afixados nos guarda-sóis, salvo autorização expressa e prévia da entidade concedente.

10. A publicidade é interdita em todo o equipamento/mobiliário de esplanada.

11. O quiosque e respetivo equipamento de origem são propriedade da entidade concedente e, no final da concessão, estes, bem como o espaço municipal adjacente, devem ser devolvidos nas condições em que se encontravam à data de início da exploração, apenas se admitindo o desgaste resultante de um uso normal dos equipamentos, sob pena de responsabilização civil e criminal do concessionário.

12. O estado do quiosque e respetivo equipamento objeto desta concessão, bem como o espaço municipal adjacente, são do conhecimento do concessionário, não se admitindo quanto aos mesmos, qualquer tipo de reclamação, não sendo da responsabilidade da entidade concedente efetuar qualquer tipo de obras de reabilitação e ou manutenção das instalações e ou do equipamento, ou de qualquer outro tipo.



Artigo 3.º - Obras

1. Quaisquer obras carecem de autorização expressa e prévia da entidade concedente (sem prejuízo da observância das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis) e são executadas por conta do concessionário ficando as mesmas, desde logo, propriedade da entidade concedente, sem que assista ao concessionário qualquer direito de retenção, indemnização ou compensação.
2. O concessionário deve entregar à entidade concedente, no prazo de 30 dias após a data de conclusão das obras, os comprovativos documentais dos respetivos custos.
3. As obras não comprovadas nos termos do disposto no número anterior não são incluídas no cálculo da indemnização prevista no artigo 19º do caderno de encargos.

Artigo 4.º Horário de funcionamento

1. Ao horário de funcionamento do quiosque é aplicável o disposto no Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Rio Maior.



ANEXO II

